



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

OFÍCIO Nº GP. 387/2018.

Barra Bonita, 10 de outubro de 2018.

Senhor Presidente:

Estamos encaminhando para apreciação dessa Egrégia Câmara o incluso Projeto de Lei Complementar nº 05/2018, que dá nova redação aos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 91, de 26 de janeiro de 2010, que tratam do Sistema de Controle Interno do Município, e dá outras providências.

O presente Projeto de Lei Complementar visa criar a Controladoria Interna do Município.

A Controladoria Interna do Município terá um Controlador Interno, nomeado dentre os servidores concursados da Prefeitura, que não poderá constituir-se ordenador de despesas da Administração Municipal, nem estar nomeado em cargo comissionado, função de confiança e processos de sindicância e administrativo.

O Sistema de Controle Interno do Município tem por atribuição a realização de atividades de auditoria, fiscalização e avaliação técnica e normativa das Secretarias Municipais, seus respectivos Departamentos e dos demais Órgãos subordinados ao Prefeito Municipal.

Considerando o grau de responsabilidade do Controlador Interno, que além das atribuições disposta no parágrafo anterior tem por competência a realização das tarefas elencadas no artigo 48, receberá uma gratificação de 100% (cem por cento), calculada sobre o seu salário base.



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

O Sistema de Controle Interno será regulamentado por Decreto.

Dessa feita, estamos propondo à apreciação dessa Colenda Câmara o incluso Projeto de Lei Complementar, solicitando aos Senhores Edis, sua aprovação na forma apresentada.

Aproveitamos a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência e aos demais Edis, nossos protestos de elevada estima e consideração.



À Sua Excelência o Senhor

NILES ZAMBELO JUNIOR

Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Barra Bonita

BARRA BONITA (SP)



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2018.

Câmara Munic. da Estância Turíst. de Barra Bonita
Aprovado como objeto de Deliberação
AS COMISSÕES:
BARRA BONITA, 15 OUT. 2018 /

Giliano Testa
VICE-PRESIDENTE

Dá nova redação aos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 91, de 26 de janeiro de 2010, que tratam do Sistema de Controle Interno do Município, e dá outras providências.

Art. 1º Os artigos 46, 47 e 48 da da Lei Complementar nº 91, de 26 de janeiro de 2010, passa a vigor com a seguinte redação.

Art. 46 - O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo compreende as atividades de auditoria, fiscalização e avaliação técnica e normativa das Secretarias Municipais, seus respectivos Departamentos e dos demais Órgãos subordinados ao Prefeito Municipal.

Parágrafo único. O Sistema de Controle Interno será regulamentado por Decreto Municipal.

Art. 47 - Fica criada a Controladoria Interna da Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita, como órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

§ 1º - A Controladoria ora instituída neste artigo terá um Controlador Interno, designado pelo Prefeito Municipal, dentre os servidores de carreira da Prefeitura.

§ 2º - O Controlador Interno não poderá constituir-se ordenador de despesas da Administração Municipal, nem estar nomeado em cargo comissionado, função de confiança e processos de sindicância e administrativo.

§ 3º - As atividades previstas neste artigo serão atribuídas à pessoa capacitada e com conhecimentos específicos.

§ 4º - Será atribuída ao Controlador Interno uma gratificação corresponde a 100% (cem por cento), calculada sobre o seu salário base, ficando vedado o recebimento de horas extraordinárias.

Art. 48 - A Controladoria Interna da Prefeitura Municipal, sem prejuízo das atribuições constitucionais e organizacionais da Câmara Municipal, tem as seguintes atribuições:



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

I – coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno de Barra Bonita promover a integração operacional e orientar a elaboração dos atos normativos sobre procedimentos de controle;

II – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, supervisionando e auxiliando as unidades executoras no relacionamento com o Tribunal de Contas do Estado, quanto ao encaminhamento de documentos e informações, atendimento às equipes técnicas, recebimento de diligências, elaboração de respostas, tramitação dos processos e apresentação dos recursos;

III – assessorar a administração nos aspectos relacionados com os controles interno e externo e quanto à legalidade dos atos de gestão, emitindo relatórios e pareceres sobre os mesmos;

IV – interpretar e pronunciar-se sobre a legislação concernente à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

V – medir e avaliar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle interno, através das atividades de auditoria interna a serem realizadas, mediante metodologia e programação próprias, nos diversos sistemas administrativos do Poder Executivo, expedindo relatórios com recomendações para o aprimoramento dos controles;

VI – avaliar o cumprimento dos programas, objetivos e metas espelhadas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento, inclusive quanto a ações descentralizadas executadas à conta de recursos oriundos dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos;

VII – exercer o acompanhamento sobre a observância dos limites constitucionais, da Lei de Responsabilidade Fiscal e os estabelecidos nos demais instrumentos legais;

VIII – estabelecer mecanismos voltados a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional nos correspondentes ao Poder Executivo, bem como na aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IX – aferir a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as da Lei de Responsabilidade Fiscal;



Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

X – acompanhar a divulgação dos instrumentos de transparência da gestão fiscal nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial quanto ao Relatório Resumido da Execução Orçamentária e ao Relatório de Gestão Fiscal, aferindo a consistência das informações constantes de tais documentos;

XI – participar do processo de planejamento e acompanhar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária;

XII – manifestar-se, quando solicitado pela administração, acerca da regularidade e legalidade de processos licitatórios e chamamentos públicos, sua dispensa ou inexigibilidade e sobre o cumprimento e/ou legalidade de atos, contratos e outros instrumentos congêneres;

XIII – propor a melhoria ou implantação de sistemas de processamento eletrônico de dados em todas as atividades da administração pública, com o objetivo de aprimorar os controles internos, agilizar as rotinas e melhorar o nível das informações;

XIV – instituir e manter sistema de informações para o exercício das atividades finalísticas do Sistema de Controle Interno;

XV – alertar formalmente a autoridade administrativa competente para que instaure imediatamente, sob pena de responsabilidade solidária, as ações destinadas a apurar os atos ou fatos inquinados de ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que resultem em prejuízo ao erário, praticados por agentes públicos, ou quando não forem prestadas as contas ou, ainda, quando ocorrer desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos;

XVI – revisar e emitir parecer sobre os processos de Tomadas de Contas Especiais instauradas pelo Poder Executivo, inclusive sobre as determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado;

XVII – representar ao TCE-SP, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário não reparados integralmente pelas medidas adotadas pela administração;

XVIII – emitir parecer conclusivo sobre as contas anuais prestadas pela administração.”



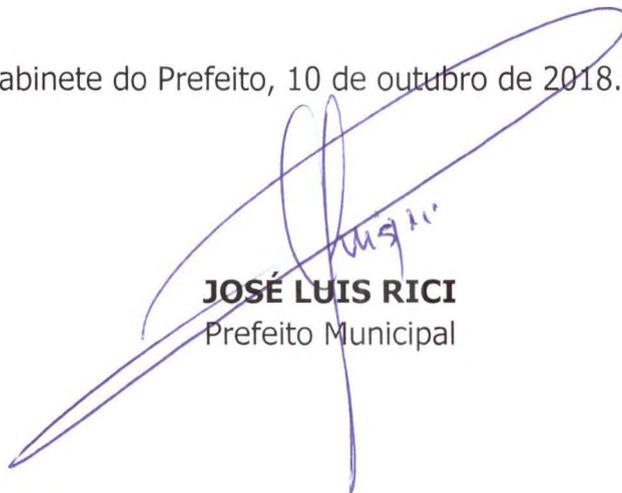
Prefeitura da Estância Turística de Barra Bonita

Estado de São Paulo

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de outubro de 2018.


JOSÉ LUIS RICCI
Prefeito Municipal

Câmara Munic. da Est. Turística de Barra Bonita
PROT. NO LIV. RESP. 14.15
FLS.: SOB N.º 804/2018
Barra Bonita, 10 de 10
<i>Lediane</i>